

Reunião do *Sistema Estadual de Métodos para Execução Penal e Adaptação Social do Recuperando – SEMEAR*

Anfitrião: Instituto Ação pela Paz

Aos **vinte e nove dias do mês de maio de 2025, às 10h**, no Espaço Abrahão e Rosa, Instituto Ação Pela Paz, localizado na Rua Nestor Pestana, 101, Consolação, desta cidade e comarca de São Paulo – SP, e *online* através da plataforma *Microsoft Teams*, sob a Coordenação do Exmo. Desembargador Coordenador da Coordenadoria Criminal e de Execuções Criminais, Dr. Luiz Antonio Cardoso, e da Sr.^a Maria Solange Rosalem Senese, Diretora Executiva do Instituto Ação Pela Paz, foi aberta a **reunião do SEMEAR**, nos termos do Provimento CG nº 30/2014.

Presentes Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Dr. Luiz Antonio Cardoso, Desembargador Coordenador da Coordenadoria Criminal e de Execuções Criminais - CCRIM, Gestor do SEMEAR e Supervisor Adjunto do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário; Simone Ribeiro de Souza Cruz, Diretora do DEEX; Beatriz de Moraes Abi Rached Braga, Supervisora do DEEX; Rochele Aparecida de Oliveira Soares, Escrevente Técnico Judiciário do GMF; Beatriz Lopes Monteiro, da Comunicação e Imprensa; Dr. Luiz Antonio Cunha, Juiz de Direito da Vara do Júri e Execuções Criminais da Comarca de Piracicaba. **Presentes do Instituto Ação Pela Paz:** Maria Solange Rosalem Senese, Diretora Executiva e cofundadora; Eugênio Liberatori Velasques, Conselheiro; Kaio Nunes, Analista de Projetos – Pessoas Egressas; Marcos Ferreira, Especialista de Comunicação; Neuda Martins, Analista de Projetos; Railander Quintão Figueiredo, Pesquisador Parceiro. **Presentes da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP/Polícia Penal de São Paulo:** Joseane Maria Santos Leite Teixeira, Chefe de Departamento da Penitenciária Feminina de Votorantim; Marcos Antonio Munhoz de Moura, DRFETCP/CEPR; Carolina P. B. Maracajá da Silva, Coordenadora da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania – CRSC; Janser Gonçalves, chefe de Divisão Regional de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional da Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste da Polícia Penal do Estado de São Paulo; Amanda Lima de Oliveira, Policial Penal da CEPRMSP; Angélica, da CEPRNorte; Emerson Rodrigues Sanches, Chefe de Departamento do Complexo 2 de Guarulhos; Cristiane Mariano, Divisão Regional de Trabalho e Educação da Penitenciária de Presidente Venceslau; Ana Paula, Grupo de Relações Institucionais da Coordenadoria de Saúde; Jean Ulisses Campos Carlucci, Coordenador da CEPRN e membro de SEMEAR; Siqueira, Representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e da CAPES; Solange Alves Machado, Chefe de Departamento da Penitenciária de Diadema. **Presentes da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP”:** Cel. Eunice Rosa Godinho, Superintendente da Diretoria de Atendimento e Promoção Humana; Alexandre Cabrera, Diretor da Diretoria Adjunta de Atendimento e Promoção Humana. **Presentes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB:** Dr. Leandro Lanzellotti de Moraes, Presidente da Comissão de Política Criminal e Penitenciária e do COPEN-SP; Izabella Araújo, assessora da Presidência da Comissão de Política Criminal e Penitenciária e do COPEN. **Demais presentes de outras**

instituições e sociedade civil: Neide Cardoso, Presidente do Conselho da Comunidade de Lorena; Josué dos Santos Ferreira, presidente do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiros – INDELBE; Antônio Carlos da Silva Duenhas, representante do Rotary Club; Anderson Travassos, representante do Rotary Club; Andrea Silva Campos, Diretora de Processos e Qualidade da Claro Brasil; Juberto Galdino, Proponente do Projeto *Supera*; Ivete Belfort, Programa *Educação Para a Paz*.

Principais deliberações: Primeiro momento, apresentação de todos (15 min). Avisos. Aprovação da ata da última reunião, enviada para os participantes, independente da sua leitura. Participação na reunião de vários atores, Poder Executivo, Poder Judiciário, OAB-SP, e sociedade civil, com uma aproximação entre todos, conexões, possibilidades e sincronicidade. Em segundo momento, o Desembargador Dr. Luiz Antonio Cardoso reconheceu como positivo o evento “Construindo soluções: Práticas integrativas para mulheres em prisões”, ocorrido no dia anterior no Espaço Abraão e Rosa, o qual considerou um sucesso, com destaque para a união entre os Poderes Judiciário e Executivo e o envolvimento da sociedade civil. As falas da juíza Jovanessa Ribeiro e do Secretário de Estado da Administração Penitenciária, coronel Dr. Marcello Streifinger foram destacadas como importantes contribuições, Além de enaltecer as presenças do Dr. Mauro Lopes, Diretor da Funap, e de Rodrigo Santos Andrade, Diretor Geral da Polícia Penal de São Paulo. A aproximação entre instituições foi vista como essencial para o fortalecimento das ações de reintegração e registrou a parabenização aos 10 anos do Instituto Ação Pela Paz. Na sequência, Solange abordou a doação de equipamentos e estruturação de salas de informática por parte do Rotary Club. Foram doados 60 computadores e mobiliários, formando diversas salas de informática, todas sincronizadas com a realização de projetos conectados a Funap. Os computadores serão distribuídos da seguinte forma: 9 para o CPP Butantã (unidade feminina) – em parceria com o Mackenzie, com cursos superiores e cursos livres; 7 para a Penitenciária II de Tremembé; 7 para o CPP II de Bauru (regional noroeste); 7 para o CPP de Jardinópolis (regional norte); 7 para o CR de Presidente Bernardes; 23 para o CR Masculino de Rio Claro – para cursos do Instituto Federal de São Paulo. Anderson Travassos e Antônio Duenhas explicaram que será feito um acompanhamento por ao menos 3 anos da doação dos computadores. Carolina Maracajá disse que a intenção com o acompanhamento será mensurar quantas pessoas foram atingidas, quais os impactos educacionais e sociais nas famílias e os riscos de reincidência. Há também a intenção de desenvolver relatórios regulares e possíveis estudos de caso mais customizados. Carolina também citou a necessidade de divulgação da responsabilidade social esperada dos empresários na reintegração dos egressos. Sebrae e Senai foram citados como importantes para capacitação empreendedora dentro do sistema prisional e oferta de microcrédito e apoio pós-egresso. Eunice citou que o SEBRAE realizou 29 mil atendimentos em 2024 dentro das unidades prisionais de São Paulo. Andrea Silva Campos ofertou um crédito para gravação de um vídeo institucional para o SEMEAR e citou a falta de uma divulgação maior do que é realizado pelo Programa. Solange indicou Marcos para seguir com a demanda. Marcos informou algumas articulações para promover o SEMEAR de forma conjunta com as assessorias de comunicação da SAP, Polícia Penal e TJSP, além de contribuições com a Funap. Andrea ainda citou a

necessidade de aproximar empresários para conhecer o sistema prisional como forma de sensibilização. Ficou explicitada a importância de divulgar e fortalecer a cultura da responsabilidade social em relação aos egressos e mostrar ao empresariado o impacto positivo social e preventivo de contratar um egresso. Após pontuação de Josué dos Santos a reunião passou a girar em torno da capacitação e reinserção social da pessoa egressa do sistema prisional, com destaque para as barreiras enfrentadas e os caminhos propostos para superá-las. Solange explicou a dificuldade de engajar o tema na sociedade. Solange apresentou dados que mostram baixo investimento público e social em pessoas egressas em São Paulo: Apenas 1 real é investido por pessoa egressa. Apenas 10% das doações sociais vão para essa causa. Há maior engajamento em causas como infância, saúde, fome e população em situação de rua. Programas como Resposta e Recomeçar têm atendido milhares de pessoas, mas a taxa de empregabilidade ainda é baixa. Exemplo: Em 2024, foram atendidas mais de 5 mil pessoas, mas menos de 500 foram empregadas. Isso mostra que há um gargalo entre atendimento e resultados efetivos. Kaio Nunes trouxe dados preliminares de um mapeamento de habilidades e capacitação sob medida. Pessoas com maior permanência no trabalho (acima de 9 meses) têm escolaridade acima do ensino médio e/ou superior (72%), possuem filhos (75%) e foram presas por crimes ligados às drogas (77%). Tendência do gênero feminino (52%), mas não significativo. O tempo de cárcere não se mostrou relevante. Outra avaliação mostrou que pessoas com baixa retenção no emprego (abaixo de 3 meses) possuem menor escolaridade no ensino médio e/ou superior (60%), possuem menos filhos (59%). Gênero e tempo em privação de liberdade não tiveram impacto relevante. Pessoas envolvidas com roubo e extorsão aparecem com menor favorabilidade de permanência no emprego (53%). Propõe-se um modelo de triagem objetiva, com 10 perguntas para perfilar rapidamente o egresso: Identificar se ele realmente quer trabalhar, qual tipo de vaga busca (tempo integral, parcial), se vive de programas sociais etc. Isso ajudaria a endereçar cada perfil à solução adequada — capacitação, trabalho, apoio assistencial etc. O objetivo é criar um manual nacional, um banco de dados unificado e um currículo padrão com perguntas estratégicas para triagem de perfis. A ideia é desenvolver uma plataforma que otimize o encaminhamento ao mercado, cruzando perfil e comportamento com vagas disponíveis. É fundamental identificar as habilidades, interesses e competências das pessoas em privação de liberdade ainda dentro do sistema. A capacitação deve ser personalizada e territorializada, ou seja, voltada às demandas econômicas locais (ex.: capacitação para garçom em Catanduva, semijoias em Limeira). Capacitar sem esse alinhamento com a demanda local gera desperdício de recurso e baixa empregabilidade. Apesar de haver muitas vagas abertas (ex.: em Jornadas da Cidadania), poucos egressos conseguem ocupá-las — o problema não é a falta de oportunidades, mas a falta de alinhamento entre perfil e necessidade das empresas. Há uma crise geral na valorização do trabalho, não apenas entre egressos, o que afeta o engajamento com o mercado formal. A falta de engajamento com o trabalho também é um desafio comportamental: muitos egressos, por fatores culturais e sociais, não desejam ou não estão preparados para trabalhar imediatamente. Propõe-se um estudo mais aprofundado sobre perfil comportamental das pessoas egressas, para alinhar expectativas e ações. Solange enfatizou que não se pode esperar que o sistema prisional, sozinho, “conserte” todas

as falhas acumuladas ao longo da vida da pessoa. É necessário entender que a responsabilidade pela reinserção social deve ser compartilhada por toda a sociedade civil. Ivete Belfort falou sobre a intervenção antes da saída do sistema prisional, onde o indivíduo ainda tem tempo e disposição para se reconectar emocionalmente e refletir sobre a mudança. Solange reforçou que os programas mais eficazes são aqueles que atuam dentro da unidade prisional – após a soltura, emergências cotidianas dificultam o engajamento. Segundo ela, o problema não está apenas na capacidade técnica de trabalhar, mas sim em comportamentos que levam à demissão. Foi ressaltado que drogas (lícitas e ilícitas) são apontadas como principais fatores de entrada no mundo do crime – inclusive entre profissionais não envolvidos anteriormente. Foi frisado por vários integrantes que é necessário atuar na base da pirâmide, ou seja, na prevenção primária com foco na infância e juventude. A reunião ainda destacou a relevância e ampliação do Programa Proerd como ferramenta de prevenção primária. Eunice citou que a falta de centros de convivência e escolas em tempo integral agrava a situação de crianças que ficam sozinhas em casa. Ela trouxe informações que apontam a ausência da figura paterna é recorrente nos relatos de egressos e é vista como um fator determinante no início da trajetória infracional. Segundo ela, estima-se que 75% dos internos não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Leandro Lanzellotti ressaltou que o problema da criminalidade e da população carcerária deve ser tratado como questão de saúde pública e não política-partidária. Houve citação à cooperação entre o governo estadual e os municípios, com ênfase na importância de integrar esforços sem "bandeiras" ideológicas. Solange ressaltou a prevenção com crianças e adolescentes como fundamental para evitar a formação da base do problema. Solange destacou que representantes do Mato Grosso buscaram apoio do estado de São Paulo para implementação do SEMEAR no estado, demonstrando humildade e interesse em aprender sobre trabalho, educação e reintegração de egressos. Ela falou sobre reuniões ocorridas em abril e maio, contando com a Técnicos e representantes de São Paulo, incluindo Dr. Jean e Janser, participaram de reuniões orientando autoridades de Mato Grosso. Ficou clara a disparidade de estrutura entre estados, e a importância da troca de experiências. Solange falou sobre a audiência pública do plano "Pena Justa". Leandro explicou que o evento foi organizado pela OAB e contou com a participação de representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e sociedade civil. 25 pessoas falaram na audiência, com diversidade de opiniões, inclusive posições extremas, mas o espaço foi considerado democrático e produtivo. Foi solicitado maior participação da sociedade civil na fiscalização e execução do plano estadual. Foi marcada uma nova reunião do comitê de políticas penais para o dia 13 de junho. A sociedade civil deverá ter papel fiscalizador na execução do plano. Dr. Cardoso explicou que o programa tem quatro eixos principais, inspirados nas diretrizes do CNJ, e nasceu como resposta às crises do sistema prisional (ex.: o agravamento no presídio de Pedrinhas, no Maranhão, entre 2013 e 2024). São Paulo é considerado avançado na implementação, já tendo desenvolvido estruturas como: Penas alternativas; Audiências de custódia; Projetos como o SEMEAR. Dr. Cardoso explicou que mesmo São Paulo precisando construir menos estruturas novas, há ajustes a fazer em controle de vagas, especialmente na adequação da capacidade existente ao perfil do público prisional. Reforçou-se a necessidade de mudança cultural também no

Judiciário, para aderir à nova política prisional. Dr. Leandro explicou que está sendo formalizado como meta no plano estadual a criação de Conselhos da Comunidade. Um comitê estadual multissetorial está sendo criado, com representação do Judiciário, Executivo, OAB e sociedade civil. Existe a possibilidade desse comitê ser sediado localmente, fortalecendo a articulação regional. Para todos, ficou clara a importância da participação ativa da sociedade civil organizada, que faz diferença na prática, sobretudo por estar próxima dos impactos das políticas públicas. Solange também recordou que foram feitas reuniões e formações sobre justiça restaurativa, com acadêmicos e profissionais. Citou-se também a participação em eventos nacionais, como o Encontro dos Conselhos Penitenciários em Brasília, reforçando o alinhamento nacional. A próxima edição será realizada em São Luís (MA). A quarta edição está prevista para São Paulo, com apoio declarado do presidente Dr. Douglas, dado o potencial de estrutura e projetos relevantes no estado (como Funap, SEMEAR, Coordenadorias, entre outros.). Já no fim da reunião, o evento “Construindo soluções: Práticas integrativas para mulheres em prisões” voltou para a pauta. Solange e Eunice explicaram as dinâmicas de grupo e produção de conteúdo. Elas relembrou que os grupos de discussão abordaram 5 temas ligados à mulher em privação de liberdade: 1. Projetos psicossociais nas unidades prisionais femininas; 2. Clube de leitura e remição de pena para gestantes e mães; 3. Como fica a maternidade na prisão?; 4. Trabalho e renda; 5. Abandono familiar: como contribuir? Cada grupo apresentou pontos fortes, fracos, oportunidades e riscos (matriz SWOT), com alto nível de engajamento e produção de material para futuras referências e práticas. As primeiras percepções desses grupos falaram da ocupação atual das vagas do sistema prisional paulista (cerca de 9.000), indicando uma situação controlada. Também foi citado o debate sobre leis que impactam diretamente na superlotação e gestão de vagas, além da ênfase na transformação e ressocialização, reforço na importância de leitura, estudo e trabalho como ferramentas de transformação, mais do que simples meios para remição de pena. A leitura é destacada como um instrumento poderoso para mudança comportamental e reintegração no mercado de trabalho. Solange deu a palavra para Carolina falar sobre o Comitê da Mulher Presa e Egressa, que teve sua reunião presencial no mesmo dia e local do evento com apresentação de: Dados do ano anterior (via SENAPPEN); Nova metodologia de monitoramento nacional; Alinhamento com o Plano Nacional “Pena Justa” e o Plano Estadual de Políticas para Mulheres; Discussão sobre metas institucionais e estratégias de adequação, justificativa ou ampliação dos indicadores; Apresentação feita pelo coordenador do comitê estadual de políticas penais para explicar o plano nacional aos chefes de unidades femininas; Importância de dar visibilidade ao plano, que antes era desconhecido por muitos dos gestores; Cultura de humanização da administração penitenciária; Enfoque em manter o trabalho de recuperação e reintegração mesmo com a mudança de nomenclatura para “polícia penal”. Solange lembrou a fala de Dr. Marcello Streinfinger durante evento, reforçando de que o papel de recuperação não pode ser abandonado, mesmo com mudanças estruturais ou organizacionais. Foi sugerida por um membro da reunião que o Programa Semear e outros projetos sociais do sistema prisional paulista participem do Prêmio Inovare, que reconhece boas práticas no Judiciário. Foi mencionada por Marcos participação anterior, com incentivo à nova inscrição. Solange exibiu projetos diversos que estão

ocorrendo em unidades prisionais como Campinas, Franco da Rocha, Votorantim, São Vicente, Pacaembu, Hortolândia, entre outros. Também foi mostrada reuniões com enfoque em educação, projetos psicossociais, hortas, feiras e alinhamento com a Funap. Solange anunciou a produção de um livro de artigos organizado pelo Ação Pela Paz, reunindo experiências e práticas bem-sucedidas no sistema prisional, incluindo um artigo específico sobre a Funap. Também foi mostrado que o SEMEAR foi citado no 3º Encontro com Diretores de Unidades Prisionais do SENAPPEN.

Dr. Cardoso fez o encerramento com agradecimentos aos participantes presenciais e online. Encerradas as manifestações, foram agendados **a data e o local do próximo encontro**: reunião no **dia 26 de junho, quinta-feira, às 10h, no Espaço Abrahão e Rosa, Instituto Ação Pela Paz**, localizado na Rua Nestor Pestana, 101, Consolação, São Paulo – SP.

Metas 2025. *1. manter as reuniões mensais; 2. ampliar o número de projetos para todas as coordenadorias; 3. trabalhar o tema da dependência química nas diversas perspectivas; 4. aprimorar o processo para realização da aferição e análise dos dados da reincidência criminal, incluindo as demais assistências oferecidas aos reeducandos e egressos; 5. ampliação e fortalecimento dos Conselhos da Comunidade; 6. manter o fortalecimento do SEMEAR na comunicação SAP, TJSP e Sociedade Civil; 7. levar o SEMEAR para Escola Paulista da Magistratura. 8. Rever as parcerias, quem podemos e devemos trazer para o termo de cooperação, aditamentos.*

DES. COORDENADOR – CCRIM – TJSP
DR. LUIZ ANTONIO CARDOSO

DIRETORA EXECUTIVA - IAP
SOLANGE SENESE